

Rajan e as fissuras do sistema

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

O sistema econômico é uma trama processual de interações sempre renovadas, as quais se desenvolvem com base na reprodução de uma estrutura de relações sociais determinadas. Tal como está apresentado em *O Capital*, não vem a ser um sistema de relações sociais harmônicas, mas antagônicas, as quais, não obstante, formam uma totalidade que, por isso mesmo, contém uma permanente tensão. Em consequência, de início, parece razoável a estratégia de compreensão do economista Raghuram Rajan da Universidade de Chicago sobre a “grande recessão” da economia capitalista disparada em 2008, com epicentro na economia norte-americana, a qual é encontrada em seu livro *Fissuras – como as fraturas ocultas ainda ameaçam a economia mundial* (Rajan, 2010).

Nesse livro, ele parte de perguntas que apontam para fenômenos aparentemente intrigantes: “por que uma enchente de dinheiro veio para os Estados Unidos e foi empregada para financiar crédito de alto risco?”; “por que um país pobre em desenvolvimento como a China passou a financiar o consumo insustentável de um país rico como os Estados Unidos?”; “por que as taxas de juros foram mantidas tão baixas durante tanto tempo?”; “por que as empresas financeiras deram crédito para pessoas sem renda, sem emprego e sem ativos?”. Para respondê-las, procura descobrir o que denomina de “fissuras” no sistema econômico mundial, as quais são então encaradas como causas do “tremor” financeiro com epicentro nos Estados Unidos, mas que acabou atingindo a economia mundial como um todo. Assim, ao empregar esse termo como uma metáfora tirada do campo da ciência natural, não deixa de apontar, ao menos indiretamente, para certas contradições que movem o sistema econômico. Como explica:

Emprego a metáfora das fissuras. Em Geologia, as fissuras são quebras na superfície da Terra que se originam nos contatos e colisões das placas tectônicas. Grandes tensões se acumulam em torno dessas fissuras. Apresento descritivamente as fissuras surgidas na economia global, explicando como elas afetaram o sistema financeiro. (Rajan, 2010, p. 7).

Antes de passar a examinar as teses de Rajan é importante apontar que elas aportam no campo do pensamento conservador norte-americano. Por isso, Thomas Palley, um economista que, ao contrário dele, encontra-se do campo liberal do espectro político desse país, considerando o seu livro como francamente reacionário, desenvolveu uma crítica dessas teses que, segundo ele, são uma expressão privilegiada do “consenso neoliberal” prevalecente (Palley, 2012, p. 117-122). As suas análises e os

¹ Professor titular da FEA/USP. Atualmente, professor sênior. Correio eletrônico: eleuter@usp.br; Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

seus julgamentos, entretanto, desenvolvem-se no campo da macroeconomia pós-keynesiana e, por isso, não são importantes para os propósitos desse artigo. Pois, para ele, tal como para o autor que alveja, “a grande recessão e a eminente grande estagnação são resultado de política econômica fatalmente falha” (Palley, 2012, p. xiii). Ora, as práticas neoliberais de condução do sistema econômico, havendo se originado meramente de uma construção intelectual errônea, preparara, segundo ele, as condições objetivas para a eclosão da crise. Um modo de crescimento que privilegiava as finanças em detrimento da produção fora posto em funcionamento depois dos anos 80 e ele continha já as fontes do desastre. Por isso, tal como Rajan, de quem ele pode ser considerado um irmão inimigo, Palley toma os eventos econômicos catastróficos advindos depois de 2008 como tendo natureza eminentemente financeira.

Do olhar à imagem

Rajan, como se mencionou, encara a crise de 2008 como crise financeira e se concentra em encontrar uma explicação plausível para aquilo que a antecede, ou seja, o modo de acumulação que ironicamente chama de “exuberância financeira”. Para explicar a emergência desse desvario do capital fictício, ele singulariza, registra e descreve certos desbalanceamentos na economia mundial, os quais, segundo ele, resultaram de decisões incorretas e desconcertadas de política econômica. Pois, para ele, “quase todas as crises financeiras têm raízes políticas” (Rajan, 2010, p. 7). Ademais, quando se toma ciência das fissuras que aponta e do modo como as encara com o intuito de explicar a crise econômica, vê-se que a sua análise não vai muito longe. Pois, se é capaz de pensar certos desequilíbrios persistentes do sistema econômico mundial, apenas tenta descrevê-los como fenômenos politicamente orientados, sem investigar as suas fontes na própria dinâmica contraditória da acumulação de capital. Nessa descrição, ademais, ele se contenta apenas em estabelecer certas relações externas e bem evidentes entre os fenômenos que antecederam e acompanharam a eclosão da crise.

Menciona, então, três conjuntos de fissuras que convergiram e se combinaram para produzir o abalo econômico e as suas consequências recessivas. O primeiro assinala certas fraquezas na condução da política econômica, especialmente nos Estados Unidos, as quais procuraram responder às mudanças históricas da repartição da renda entre as diferentes frações da sociedade. Refere-se, obviamente, à expansão desmedida do crédito, particularmente aquele destinado às famílias para a compra de casa própria. O segundo conjunto de fissuras se originam dos desbalanceamentos nas transações internacionais entre os países mais importantes do sistema – EUA, Alemanha e China especialmente –, os quais têm diferentes padrões de crescimento econômico. O terceiro conjunto diz respeito às fragilidades do próprio sistema financeiro internacional que foi sendo construído no pós-guerra, a partir da expansão dos sistemas financeiros nacionais das nações mais desenvolvidas.

Ao se tomar contato com a exposição desse último ponto, começa-se a duvidar da seriedade do autor na construção de sua explicação para a “grande recessão”; pois, já na abertura de seu extenso livro, ele tomba numa apologia indecente do sistema financeiro norte-americano e britânico. Eis que, segundo ele, grandes fissuras surgiram porque os sistemas financeiros desses países foram contaminados por práticas que não lhes eram inerentes. Problemas surgem – diz ele – quando “sistemas financeiros

transparentes, plenamente concorrenciais e baseados em confiança e em contratos confiáveis, tais como os dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, financiam e são financiados por sistemas financeiros menos transparente, situados em quase todo o resto do mundo” (Rajan, 2010, p. 7). Assim, é evidente, ele tenta disfarçar o caráter inerentemente obscuro e trapaceiro das finanças em geral e não apenas daquelas que se desenvolvem nos “países retardatários”.²

Para expor o primeiro conjunto de fissuras, parte do aumento da desigualdade de renda nas últimas três décadas, apresentando uma evidência gritante: se, em 1976, o percentil mais rico ficava com 8,9 por cento da renda familiar total, em 2007, ele passou a abocanhar 23,5 por cento. Ademais, nesse período – aponta – os honorários dos gerentes cresceram mais rápido do que os salários da massa dos trabalhadores fabris e de escritório. Para explicar esse fenômeno que se origina evidentemente numa mudança na repartição funcional da renda entre os ganhos da força de trabalho e os ganhos do capital ocorrida no período neoliberal, ele culpa principalmente uma suposta ineficácia do sistema educacional norte-americano diante de transformações tecnológicas imperativas: “embora o progresso tecnológico nos Estados Unidos exija uma força de trabalho mais capaz (...) o sistema educacional tem sido incapaz de provê-la com a educação necessária” (Rajan, 2010, p. 8).

Ao invés de uma educação mais adequada aos tempos, os políticos norte-americanos, diante da estagnação dos rendimentos dos assalariados, do aumento da insegurança nos empregos, das recuperações que não criam muitos postos de trabalho, optaram por uma medida populista; eles aumentaram a oferta de crédito para o consumo e, principalmente, para a compra de casa própria:

Assim, a resposta política para o aumento da desigualdade – tenha sido ela cuidadosamente premeditada ou uma reação não premeditada as demandas dos eleitores – foi expandir os empréstimos para as famílias, especialmente para as de baixa renda. Os benefícios – um consumo crescente e um aumento do emprego – foram imediatos, mas, assim, o pagamento da conta foi postergado para o futuro. Parece bem cínico, mas o crédito fácil foi de fato usado como um paliativo por toda a história por governos que se mostraram incapazes de resolver as ansiedades da classe média diretamente. (Rajan, 2010, p. 9).

Entretanto, para que a farsa populista pudesse prosperar, um ator adicional precisava participar da encenação de desenvolvimento econômico robusto. Segundo Rajan, esse ator foi o sistema financeiro. Antes elogiado como um setor transparente, comedido e bem regulado da economia nacional norte-americana, ele procura mostrar então que esse sistema, muito ativo na criação de inovações financeiras, foi vítima de uma situação que envolvia perigosos incentivos:

² Para se proteger dessa sua omissão, que é bem óbvia, Rajan, primeiro, nega a afirmação inicial, para voltar a afirmá-la em sequência por meio de uma inversão entre a aparência e a essência do sistema financeiro. Eis que, em complemento a afirmação apologética acima enunciada, aporta: “essa descrição é claramente uma caricatura – a transparência sumiu na recente crise –, mas ela reflete a essência do sistema” (Rajan, 2010, p. 12). Aqui, ao contrário, se pensa que, na crise, a essência mafiosa da atividade financeira aparece.

Quando o dinheiro fácil é propelido por um governo de bolso fundo entra em contato com um setor financeiro amoral, competitivo e sofisticado, guiado pelo motivo do lucro, profundas fissuras se desenvolvem. (Rajan, 2010, p. 9).

Muito bem! Porém, uma forte expansão dos gastos privados por meio da expansão do crédito fácil não poderia ter ocorrido com inflação baixa numa economia fechada. Ora, a economia norte-americana, epicentro da crise, é aberta e voltada para as transações internacionais. Segundo Rajan, a armação atual da economia mundial caracterizada pela polarização entre países voltados para o mercado interno e países que se especializam nas exportações permitiu que isso ocorresse durante todo um período histórico, que deveria ser caracterizado como de “excesso”.

Há sempre limites para o consumo alimentado por dívidas, especialmente num país grande como os Estados Unidos. Pois, uma forte demanda por bens de consumo e por serviços tende empurrar os preços para cima, causando inflação. Um banco central preocupado aumenta, então, as taxas de juros, cortando tanto a capacidade das famílias de tomar emprestado quanto reduzindo o seu desejo de consumir. Entretanto, entre o final dos anos 1990 e os anos 2000, uma parte importante do aumento da demanda das famílias norte-americanas foi suprida de fora, por países como a Alemanha, o Japão e, crescentemente, pela China, os quais tradicionalmente confiam nas exportações para crescer e, assim, têm muita capacidade ociosa de produção. A capacidade desses países de ofertar bens reflete uma (...) excessiva dependência do consumo externo. Essa dependência é a fonte do segundo conjunto de fissuras. (Rajan, 2010, p. 9)

Dito em outras palavras, para explicar a possibilidade do excesso de consumo nos Estados Unidos em particular, deve-se notar, segundo Rajan, uma fratura na economia mundial. Se há um país gastador é porque existem países parcimoniosos no consumo. Os últimos são países que, depois da II Guerra Mundial, por opção estratégica, transformaram-se economias exportadoras e, assim, tornaram-se capazes de acumular grandes volumes de poupança. Para citar apenas os grandes, países como a Alemanha, o Japão e a China procuraram crescer rapidamente, acima da média mundial e, para tanto, criaram ou absorveram empresas internacionalmente competitivas, voltadas para suprir os mercados do mundo todo com mercadorias mais baratas. “Nessas economias, os governos (e os bancos) intervieram extensivamente para criar empresas fortes e exportadores competitivos, tipicamente a expensas do consumo das famílias em seus próprios países” (Rajan, 2010, p. 10). Mesmo focando o consumo, ele reconhece, porém, que essa possibilidade existe porque essa estratégia de crescimento se funda na existência de enormes reservas de força de trabalho, as quais se encontram disponíveis para serem empregada com salários baixos – durante um período mais ou menos longo.

Este autor reconhece também que o movimento de globalização da economia capitalista, após a II Guerra Mundial, foi acompanhado de enorme expansão e de crescente interconexão de sistemas financeiros originariamente nacionais no âmbito internacional. Nesse movimento, um expressivo conjunto de grandes bancos passou a

operar no mundo todo, escapando assim das regulações internas dos estados nacionais, as quais, aliás, também foram afrouxadas. As instituições financeiras dos Estados Unidos, em particular aquelas voltadas para o financiamento da habitação, receberam volumes enormes de recursos originados e acumulados nos países estrategicamente exportadores. O financiamento da atividade econômica em geral no mundo globalizado por parte do sistema financeiro internacional assim criado passou a enfrentar uma enorme elevação de sua complexidade operacional e, assim, dos riscos, os quais exigiram a criação de diversas “inovações financeiras”. Para ele, como já foi mencionado, encontra-se aí a fonte de outro conjunto de fissuras, o qual complementa os dois anteriormente mencionados. Em seu entendimento, “o contato entre dois diferentes sistemas financeiros criou fragilidades” (Rajan, 2010, p. 17).

Os conjuntos dos três conjuntos de fissuras, segundo esse autor, se juntaram para abalar o setor financeiro norte-americano, de dois modos:

Primeiro, uma enorme quantidade de dinheiro fluiu para as famílias de baixa-renda dos Estados Unidos, vindas tanto do exterior quanto das agências de financiamento hipotecário patrocinadas pelo governo, tais como a Fannie Mae e a Freddie Mac. Isto produziu um aumento insustentável dos preços das residências e uma crescente deterioração da qualidade dos financiamentos hipotecários concedidos. Segundo, tanto os bancos comerciais como os bancos de investimento assumiram um enorme volume de riscos, inclusive porque compraram grandes quantidades de títulos de baixa qualidade emitidos para financiar as hipotecas habitacionais “subprime”; ademais, tomaram empréstados em curto prazo para financiar essas compras de imóveis em longo prazo. (Rajan, 2010, p. 18).

Nessa perspectiva, a crise de 2008 ou a “grande recessão” como também vem sendo chamada é explicada como consequência da evolução da repartição da renda nos Estados Unidos, de desbalanceamentos nas transações internacionais e do comportamento ganancioso (mas natural) das empresas que compõe o sistema financeiro internacionalizado, o qual se desenvolveu como momento necessário e mesmo predominante do processo de globalização.

Da imagem ao real

A tese de Rajan sobre a crise de 2008 deve ser interpretada como um enfoque de economia política já que considera explicitamente a interação do funcionamento da esfera econômica propriamente dita com a esfera das decisões de Estado.³ A primeira, nesse sentido, segundo ele, não pode ser pensada como um funcionamento autônomo que se regeria exclusivamente por leis próprias. Nessa perspectiva, procura explicar a crise de 2008, centralmente, como consequência da crescente desigualdade de renda nos Estados Unidos. Com base nessa constatação, ele procura sustentar uma tese mais geral segundo a qual essa crescente desigualdade estaria na raiz do padrão de crise financeira observado nos Estados Unidos, a qual tenderia a ocorrer porque essa nação

³ De fato, ele próprio diz: “é preciso reconhecer que a boa economia não pode estar divorciada da boa política: esta talvez seja a razão pela qual o campo da teoria econômica é conhecido como economia política” (Rajan, 2010, p. 19).

encontra-se administrada por governos eleitos democraticamente. Em sua opinião, quando o crescimento da renda é concentrador, surge um dilema: ou cai o consumo das classes de baixas e médias rendas, minando o crescimento e expandindo a insatisfação, ou este se mantém porque passa a ser financiado por meio do crédito. Como a primeira alternativa se mostra politicamente inconveniente ou mesmo insustentável, o governo eleito pelo voto opta por políticas de expansão do crédito; para tanto, se necessário, ele afrouxa a regulação bancária, permitindo ou mesmo promovendo a violação das normas de prudência que deveriam nortear as atividades financeiras em geral.

Nesse sentido, a sua interpretação dos fatos econômicos difere em boa medida daquela feita por diversos economistas keynesianos que também enxergam a origem da “grande recessão” na crescente desigualdade de renda observada nos Estados Unidos.⁴ Estes, como se sabe, procuram sempre encontrar um problema de falta de demanda efetiva na origem das recessões e das crises em geral. A tese central de Palley para explicar a “grande recessão”, por exemplo, mostra isto com certa clareza: “a falha do paradigma [neoliberal] é que o seu modelo de crescimento, adotado depois de 1980, confiou na inflação das dívidas e dos preços dos ativos para aumentar a demanda, ao invés de fazê-lo com base no crescimento dos salários ligados aumentos da produtividade” (Palley, 2012, p. 4).⁵ A combinação de globalização com estagnação de salários teria, segundo ele, canibalizado o processo de geração de demanda que fora criado depois da II Guerra Mundial, inspirado na política econômica e social do keynesianismo. Vê-se, assim, que a grande diferença entre as teses de Rajan e Palley se encontra na explicação da concentração da renda observada nas últimas três décadas: enquanto o primeiro explica essa evolução como consequência endógena do desenvolvimento tecnológico, o segundo concebe-a como um resultado inerente à própria política econômica neoliberal.

A superficialidade desse tipo de análise que se concentra na explicação das conexões externas entre os fenômenos é patente. Entretanto, ela própria não deixa e não pode deixar de apresentar brechas de argumentação por meio das quais uma investigação que busca ir mais fundo na compreensão da realidade pode penetrar. No caso da argumentação de Rajan, uma dessas brechas encontra-se no modo como ele apreende o dinheiro e como trata a atividade financeira. Para ele, o dinheiro é uma abstração, algo que não tem odor próprio⁶ e que se constitui como “medida de todas as coisas”, configurando-se, portanto, como a forma privilegiada de existência da riqueza no capitalismo. “O caráter anônimo do dinheiro” – completa – “faz dele um mecanismo pobre para guiar a atividade empresarial na direção de fins socialmente desejáveis” (Rajan, 2010, p. 125). Ora, ao fazer essas afirmações, expõe sem desejar – e como se fosse algo bem normal – a contradição fundamental do modo de produção capitalista, ou seja, a contradição entre o valor de uso e o valor, a qual, como se sabe, informa toda a exposição de Marx em *O Capital*. É, pois, trazendo essa exposição para

⁴ Essas teses encontram-se resenhadas e discutidas extensamente em Treeck e Storn (2014).

⁵ Ademais, ele aponta outra falha do modelo neoliberal: “uma segunda falha encontra-se no modo de interconexão com a economia global, o qual criou uma tripla hemorragia de gastos crescentes em importação, perdas de postos de trabalho industriais e investimentos no exterior” (Palley, 2012, p. 4).

⁶ Ele cita como prova desse caráter abstrato e real do dinheiro uma expressão latina bem reveladora: “pecúnia non olet”. (Rajan, 2010, p. 125).

o debate que podem ser mais bem compreendidas as crises do capitalismo e, em particular, a grande crise de 2008.

Como se sabe, esse autor, para mostrar o que é o capital e para tornar compreensível em que consiste o modo de produção capitalista como totalidade, começa analisando criticamente a riqueza em sua forma elementar, ou seja, a mercadoria. Esta é, então, apresentada, como unidade do valor de uso e do valor – sendo o valor aquilo que se expressa no valor de troca. A unidade formadora da economia capitalista tem, portanto, duplo caráter e este, como tal, resolve-se no duplo caráter do trabalho que produz mercadoria: trabalho concreto e trabalho abstrato. Assim, a fonte da riqueza no capitalismo, em sua dupla dimensão de riqueza efetiva e riqueza abstrata, é encontrada no trabalho, mas não porque este é encarado como mera força natural ao lado de outras forças, mas sim porque é tomado como relação constitutiva da sociabilidade humana na apropriação da natureza e na sua constante transformação em natureza humanizada. Por meio de uma sequência de passos, Marx mostra em sequência que a antítese interna à mercadoria entre o valor de uso e o valor se desdobra na antítese entre a mercadoria e o dinheiro. Nessa relação – algo que se multiplica indefinidamente na economia capitalista no espaço e no tempo –, a simples mercadoria figura em especial como valor de uso cujo valor é expresso enquanto que o dinheiro, mercadoria consagrada pelo processo social como negação de toda mercadoria em particular, figura como representação geral do valor.

Desde o início, Marx trata a relação do valor de uso e do valor como polêmica, pois, se os valores de uso em geral visam atender as necessidades humanas concretas, o valor se configura como um poder social abstrato. Eis que já na forma do dinheiro, ele se torna um poder concentrado de comando sobre as outras mercadorias e, assim, sobre as condições de vida dos seres humanos em geral. Ademais, como forma de relação social – relação social coisificada, intransparente e autônoma – o dinheiro se configura como fetiche. No mundo das mercadorias, as relações sociais se conformam objetivamente como relações sociais de coisas e as pessoas que delas participam figuram apenas como suportes.

O dinheiro nasce do processo social como equivalente geral, para cumprir as funções de medida de valores e de meio de circulação das mercadorias, mas se torna, ao mesmo tempo, meio de entesouramento e meio de endividamento. Ninguém pode ou deseja acumular sempre mais de uma dada mercadoria, mas todos desejam – e apenas alguns podem fazê-lo – acumular indefinidamente este poder de comando sobre a riqueza efetiva, dinheiro, ou seja, riqueza abstrata, seja na forma de tesouro, seja por meio de “papéis” que representam compromissos de pagamentos futuros, seja na forma de crescente comando sobre trabalho, mediante a compra de força de trabalho.

Este último caso é bem fundamental. No circuito do capital industrial, o dinheiro funciona como capital, ou seja, como momento da relação de capital que requer a existência do trabalho assalariado. A relação que, de início, era simplesmente polêmica mostra-se agora nitidamente como antagônica, pois o valor não o serve, ao contrário, controla, sujeita e domina o valor de uso. O metabolismo sistêmico em que o valor toma forma aflora como mercado; ele subordina de modo profundo e abrangente as pessoas em geral, particularmente os trabalhadores, ao seu processo de autoreprodução. Eis que produzem a substância do valor sem saber que o fazem. Em consequência, o sujeito desse metabolismo não é o ser humano, mas o próprio capital

– posto e reposto de modo inconsciente, ele se torna sujeito automático do processo social. Enquanto tal é valor que se valoriza, ou seja, um princípio de desenvolvimento infinito – um vampiro que se alimenta de mais-valor.

É apenas compreendendo a lógica da acumulação como consequência imanente do desenvolvimento das contradições antagônicas contidas no próprio capital que se pode entender o seu extraordinário dinamismo, ou seja, a sua tendência para o crescimento inovador, incessante e máximo em que surgem inexoravelmente arranques, auges, recessões, crises e depressões. A meta objetiva da produção capitalista é a realização do valor objetivado na mercadoria, mas para que isto ocorra é preciso que também o valor de uso que detém seja realizado. Ademais, o movimento da produção em direção ao mercado não visa apenas repor o valor dos meios de produção e da força de trabalho, mas este valor tem necessariamente de estar acrescido de mais-valor – não em pequena escala. Assim, por um lado, se a mercadoria não é vendida ou é vendida apenas a um preço muito baixo, tem-se um problema de realização; por outro, se o mais-valor contido na mercadoria não é suficiente para remunerar o capital avançado pelo capitalista, tem-se um problema de lucratividade. Enquanto esses problemas não aparecem, a produção capitalista segue animada e risonha o seu curso de crescimento. Quando eles aparecem, ela se torna desanimada e triste.

De qualquer modo, deve ficar claro que a contradição entre o valor e o valor de uso no interior do dinamismo do capital pode se resolver positivamente por meio do avanço do processo de acumulação ou pode se resolver negativamente por meio de crises. Quando as crises acontecem, apareçam elas imediatamente como provocadas por falta de realização ou por falta de lucratividade, o que as causam é sempre a própria ganância do capital, a sua tendência imanente à superacumulação. Ainda que pareçam diferentes e mesmo, eventualmente, opostas, essas duas síndromes das crises se implicam mutuamente. Em qualquer caso, vem a ser a frustração na obtenção do lucro, efetiva ou possível, que desencadeia a contenção do investimento e, assim, o rebaixamento no nível da demanda efetiva (um termo keynesiano que aqui se emprega de modo não keynesiano). Pois, para Marx, como se sabe, essa frustração não aparece por causa de um mau funcionamento episódico e corrigível do sistema econômico, mas é engendrada necessariamente pela dialética antagônica do próprio capital: “a verdadeira barreira da produção capitalista” – deixou claro – “é o próprio capital” (Marx, 1983, p. 189).

O capital industrial – ou seja, o capital que faz o trabalhador produzir valor e mais-valor produzindo mercadoria – existe e tem de existir não apenas como meios de produção e força de trabalho em funcionamento, mas como dinheiro. Pois, transitar pela forma dinheiro é uma necessidade absoluta do processo de reprodução do capital. Ora, nessa última forma, o capital não está aprisionado nas formas de capital constante e capital variável, mas se encontra numa forma livre, líquida, inteiramente disponível para o que der e vier. Simplesmente como dinheiro, entretanto, deixa de ser valor que se valoriza, ou seja, capital propriamente dito. Se a produção capitalista, por um lado, requer sempre que certo volume de capital permaneça temporariamente ocioso (como capital negado, portanto), por outro, ela se funda em seu instinto de sempre buscar, avidamente, a sua própria valorização. As condições de valorização, entretanto, mudam com o próprio desenvolvimento da acumulação que, por isso, nunca é um processo tranquilo. No curso acelerado da produção capitalista, seja

porque cresce a composição orgânica do capital seja porque há um esgotamento do exército industrial de reserva seja ainda porque a natureza explorável se mostra limitada, acirra-se a concorrência, caem as perspectivas de lucratividade e, assim, surgem frequentemente pleitoras de capital. Segundo Marx, é da própria lógica da acumulação que esta necessariamente venha a se transformar em superacumulação de capital – o que engendra as crises.

A superprodução de capital implica, portanto, no aumento do volume do capital inativo na forma dinheiro e, ao mesmo tempo, na superprodução de mercadorias, assim como no aumento da capacidade de produção ociosa. Essa superfluidade de capital engendrada por ele contraria a natureza do próprio capital. A saída para o impasse é fornecida pelo dinheiro que, como bem se sabe, é uma forma social solerte. Ora, estando o capitalismo em pleno funcionamento, não só toda a sua própria capacidade mediadora fetichista está a serviço do capital como também, a partir dele, novas formas de mediação, ditas financeiras, aí brotam sem parar para servi-lo.

Se o dinheiro como meio de entesouramento permite que a acumulação de riqueza abstrata possa ocorrer fora da produção, o que tende a derrubar o nível da atividade econômica, como meio de pagamento, ao contrário, ele permite que se desenvolva todo um sistema de representação de valor – em particular, de crédito – que propicia elevar o nível da produção capitalista corrente mediante o comprometimento da produção futura. Desse modo, não apenas se transfere poder de compra de um agente econômico para outro, mas também vem a ser criada demanda efetiva adicional em relação à demanda imediatamente solvente. Ademais, por esse caminho, torna-se possível contornar temporariamente a superacumulação do capital industrial e, assim, postergar o desenlace pedido pelo próprio desenvolvimento da contradição entre o processo de valorização e o processo de produção, ou seja, o estouro da crise.

Essas considerações, ainda que breves, permitem se volte ao tema que motiva este artigo. É preciso, em primeiro lugar, atacar a opinião vulgar de que a causa originária da crise de 2008 consiste no aumento da desigualdade.

Contrapondo-se à tese de Rajan – assim como de inúmeros outros economistas keynesianos e mesmo marxistas – que aponta a concentração da renda observada nas últimas três décadas como causa fundante da crise de 2008, Roberts sustenta, com razão, que essa própria concentração decorreu da reação capitalista à depressão da década dos anos 70. Pois, as evidências empíricas parecem mostrar que, nesse período, realmente ocorreu uma baixa expressiva da taxa de lucro nos Estados Unidos, assim como em outros países de capitalismo desenvolvido, a qual se manifestou macroeconomicamente como uma persistente tendência a estagflação (estagnação com inflação). Ora, é bem sabido que essa depressão suscitou uma resposta da classe dominante em termos de reestruturação produtiva e em termo de política econômica, a qual foi chamada de neoliberalismo. Uma das consequências dessa reorientação do modo de acumulação, notável mesmo na esfera da repartição, foi o aumento dos rendimentos dos proprietários e dos gerentes capitalistas em detrimento dos rendimentos dos trabalhadores em geral.⁷ Portanto, a concentração observável da

⁷ A mudança da repartição funcional da renda foi produzida por meio de uma série de mudanças institucionais que propiciaram o enfraquecimento dos sindicatos, a redução sensível dos benefícios sociais ligados à saúde e à aposentadoria, o abatimento da taxa progressiva etc.

renda decorreu, em última análise, do aumento da taxa de exploração imposto aos trabalhadores com o intuito de elevar a taxa de lucro. Ou seja, segundo ele, “o aumento de desigualdade foi o resultado do aumento da exploração do trabalho” (Roberts, 2014).

Posto isto, agora é preciso atacar a tese de que a causa secundária da crise de 2008 é a expansão financeira propiciada por uma globalização desbalanceada e motivada por políticas populistas que visavam meramente contentar a “classe média” norte-americana.

Como se sabe, um elemento central da resposta neoliberal à depressão dos anos 70 consistiu na liberação propositada dos entraves à expansão financeira, ou seja, na regulação permissiva dos mercados de capitais nacionais e internacionais que visava uma abertura dos horizontes da acumulação de capital.⁸ Como também se sabe, o intuito do enorme esforço dos governos imperialistas e das organizações internacionais como o FMI, a OCDE etc. para contrariar a “repressão financeira”, a qual havia sido instituída após a II Guerra Mundial, foi o de dar um novo folego acumulativo para o capitalismo que não deixara de claudicar durante toda a década dos anos 70 do século XX. Desse modo, a plethora de capital industrial existente até o começo dos anos 80 foi contornada, mas também se criaram as condições para que, nos anos seguintes, surgisse uma plethora muito mais significativa de capital, grande parte dele agora como capital financeiro. Pois, mesmo se essa expansão acelera a acumulação real, mesmo se figura como substituto do capital industrial para os capitalistas individuais, ela própria não engendra a criação de valor por meio do qual se valoriza.

O capital financeiro contribui para a circulação do capital, mas não atua em sua produção. Em consequência, uma acumulação crescente de capital financeiro implica que uma proporção crescente do capital social não atua na geração de mais-valor, mas, ao contrário, parasita o capital efetivamente engajado na exploração de trabalhadores. Deslanchada essa forma de acumulação, grande parte do capital social torna-se de fato capital fictício, ou seja, capital que parece ter valor, mas de fato vem a ser meramente capitalização de valor futuro, ainda inexistente. Trata-se sempre de uma aposta na capacidade produtiva do sistema, a qual somente será bem sucedida – caso não seja protelada⁹ – capturando valor produzido no futuro pelo capital industrial. A criação crescente de novo capital fictício e a protelação da liquidação do capital fictício criado no passado resultam na formação de bolhas; ora, quando, em certo momento, parte significativa do capital fictício se mostra flagrantemente irrealizável, a bolha estoura e a crise se instala. E isto não apenas vem ocorrer, mas tem necessariamente de ocorrer, pois o capital social – aqui, o capital industrial mais o capital financeiro –, durante a expansão da bolha, tende a crescer a uma taxa superior em relação à taxa de aumento do mais-valor efetivamente produzido. Portanto,

⁸ A seguinte observação de Alan Freeman aponta para algo muito importante na compreensão do movimento histórico do capitalismo realmente existente: “o funcionamento ‘normal’ do capitalismo não produz [espontaneamente] as recuperações [econômicas]; estas surgem como consequência de ações eruptivas e violentas dos estados e das classes dominantes que suspendem esse funcionamento ‘normal’” (Freeman, 2012-13, p. 177).

⁹ Pois, dívidas podem, evidentemente, ser saldadas com mais dívidas.

mesmo se cresce a taxa de lucro aparente¹⁰, a criação crescente de capital fictício faz cair a taxa de lucro real¹¹.

Não é, pois, a expansão financeira que gera a crise, mas ao contrário é a crise de superacumulação do capital industrial que gera a financeirização. A financeirização permite superar uma barreira da produção capitalista posta pelo próprio capital, mas ela própria cria uma barreira ainda maior, que apenas pode ser contornada por meio de uma sucessão de crises de realização que se seguem ao estouro das bolhas. De qualquer modo, crise do capital não só é sempre crise de superacumulação, mas ela está sempre associada á falta de lucro para remunerar um volume crescente de capital.

Referências

- Freeman, Alan – The profit rate in the presence of financial markets: a necessary correction. In: *Journal of Australian Political Economy*, nº 70, 2012-13.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. Volume III: O processo global da produção capitalista (tomo 1). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Palley, Thomas I. – *From financial crisis to stagnation: the destruction of shared prosperity and the role of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- Rajan, Raguram G. – *Fault lines – How hidden fractures still threaten the world economy*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- Roberts, Michael – Is inequality the cause of capitalist crises? In: thenexrecession.wordpress.com blog, publ. 2014.
- Treeck, Till van; Sturn, Simon – *Income inequality as a cause of the great recession? – A survey of current debates*. International Labour Office: Conditions of work and employment series, nº 39, 2014.

¹⁰ Obtém-se uma estimativa da taxa de lucro aparente dividindo a soma do lucro efetivo e do ganho nas operações financeiras pelo capital social como um todo, definido este como a soma do estoque de capital industrial e de capital financeiro.

¹¹ Obtém-se uma estimativa da taxa de lucro real considerando apenas o lucro efetivo no computo da taxa de lucro. Uma tentativa de mostrar empiricamente – o que é sempre muito complicado – o efeito da financeirização nas economias da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos encontra-se em Freeman: “argumento” – diz ele – “que é preciso corrigir a medida tradicional da taxa de lucro. Essa correção leva à conclusão de que a taxa de lucro declinou nesses dois países desde a crise dos anos 70” (Freeman, 2012-13)